OS PRIMEIROS TEMPOS E A FORMAÇÃO DA CIDADE DE SÃO CARLOS (Final do século XVIII e século XIX)

Divisão de Pesquisa e Divulgação

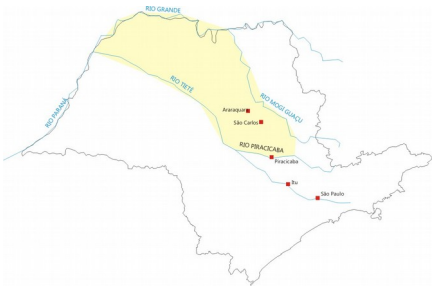

Figura 1: Campos de Araraquara

A região central do Estado de São Paulo, onde está localizada a cidade de São Carlos, era conhecida no passado como Campos ou Sertões de Araraquara. Começou a ser povoada a partir da abertura dos caminhos que levavam às minas de ouro de Cuiabá e Goiás, no final do século XVIII. A estrada mais conhecida que cortava essas paragens era chamada de "picadão de Cuiabá" e as suas margens se estabeleceram pequenos vilarejos onde os viajantes que iam em busca de ouro no interior do país podiam repor suas provisões e seguir viagem. Segundo descrições de Ary Pinto das Neves, o "picadão de Cuiabá" saía de Piracicaba, ponto geográfico conhecido como "boca do sertão", atravessava os campos do córrego do Feijão, rompia a mata densa do Pinhal, onde atualmente está o núcleo urbano e, passando pelos cerrados de Araraquara, atingia a margem direita do Tietê na altura de Potunduva[1]. Hoje ainda encontramos vestígios dessa estrada na malha urbana: passava pela atual rua Raimundo Correia, atravessa o rio Gregório, na altura do Mercado Municipal, e continuava pela rua Episcopal.

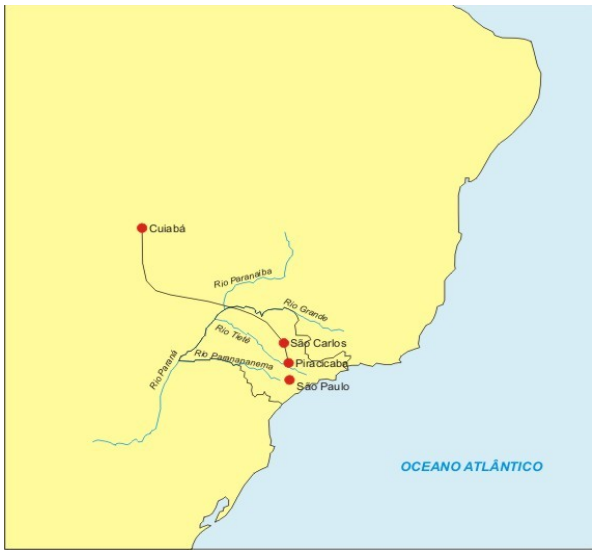

Figura 2: Picadão de Cuiabá

A abertura de caminhos em direção às minas do centro-oeste brasileiro trouxeram para esta região muitas pessoas em busca de oportunidade. Empurrando ou dizimando os indígenas que aqui habitavam, essa população "branca" vinha em busca de terras que pudessem demarcar e estabelecer como suas. Essas pessoas

[1] NEVES, Ary Pinto das (1984). *São Carlos na esteira do tempo*. Álbum comemorativo do Centenário da ferrovia, Gráfica Suprema, São Carlos – SP.

eram ex-mineiros vindos da região de Minas Gerais, onde a exploração aurífera já diminuíra significativamente nesse período, ou de moradores do litoral ou do vale do Paraíba que tentavam melhorar sua sorte vindo para o interior da província paulista.

As primeiras populações não-indígenas que aqui se estabeleceram no final do século XVIII e começo do século XIX, portanto, eram formadas por posseiros, remanescentes indígenas e, segundo a tradição, negros aquilombados nas matas da região.

A partir do começo do século XIX as terras da futura São Carlos começaram a ser demarcadas em sesmarias. Esse tipo de divisão da terra era baseada em uma prática da coroa portuguesa para o aproveitamento de terras incultas. No Brasil esse sistema funcionou como uma subdivisão das capitanias, sendo cada lote concedido para um par do Reino cuja missão era o melhor aproveitamento da terra, ou seja, seu cultivo. A concessão de terras através de sesmarias eram controladas pelos poderes locais e o desmembramento e alienação dos lotes proibidos, porém, essas regras foram rapidamente esquecidas e as sesmarias passaram por diversas divisões, dando origem as várias fazendas e sítios.

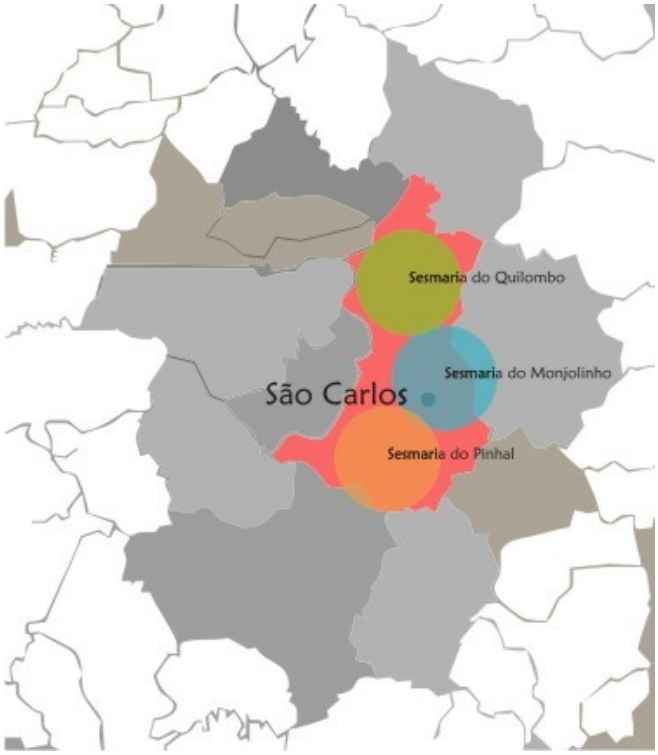

Figura 3: Sesmarias que formaram São Carlos

São Carlos viria a ser formado pela junção das terras de três sesmarias da região. A primeira sesmaria demarcada legalmente foi a do Monjolinho em 1810 que, após passar pelas mãos de vários sesmeiros, teve em João Alves de Oliveira um de seus proprietários mais recordados na história de São Carlos, por sua recusa em ceder terras para o vilarejo que se formava em meados do século XIX.

Seguiu a sesmaria do Monjolinho a sesmaria do Quilombo (região do distrito de Santa Eudóxia), regularizada pelo padre Manoel Joaquim do Amaral Gurgel em 1812 e que a revendeu ao Capitão Demétrio José Xavier no mesmo ano. Muitos acreditam que a sesmaria foi assim denominada pela presença de negros aquilombados na região, fato que está presente na tradição oral da região, mas sem nenhuma confirmação baseada em pesquisas extensivas.

A sesmaria do Pinhal foi a última a ser regularizada, apenas em 1831, porém, sua aquisição por parte do sesmeiro Carlos Bartholomeu de Arruda aconteceu décadas antes, no ano de 1786. Foi seu filho, Carlos José Botelho que regularizou a posse das terras junto às autoridades locais e foi um dos idealizadores da formação de uma cidade nos limites de sua propriedade, junto ao rio Gregório, em 1857.

No período, entre 1831 e 1857, inúmeras fazendas foram abertas e ocupadas na região, dessas a sede da fazenda do Pinhal é a remanescente mais antiga, com traços da arquitetura paulista anterior a expansão cafeeira – e por isso foi tombada pelo IPHAN[2] (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) em 1987. No entanto, a maior parte das fazendas existentes atualmente no município tem sua história associada ao café. Pode-se dizer que, São Carlos surgiu num contexto histórico de expansão das lavouras cafeeiras – a casa da fazenda Santa Eudóxia foi tombada pelo CONDEPHAAT (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo) como um exemplar da arquitetura paulista do período cafeeiro.

A Fundação

Muitas famílias contribuíram para o desenvolvimento de São Carlos, sendo que a família Arruda Botelho se destacou no momento de constituição do Município, através de Antônio Carlos de Arruda Botelho, considerado por muitos o fundador da cidade, junto com Jesuíno José Soares de Arruda.

Carlos José Botelho, pai de Antônio Carlos, nutria a ideia de fundar uma cidade em suas terras, porém, faleceu em novembro de 1854, antes que tivesse

[2] O IPHAN é o órgão do governo federal responsável pela política de preservação do patrimônio histórico, artístico, cultural e ambiental em nosso país.

principiado sua execução. Com sua morte, seus herdeiros trataram da realização desse projeto, auxiliados por Jesuíno de Arruda.

Reza a tradição que, em 1855, Antônio Carlos de Arruda Botelho, futuro Conde do Pinhal, derrubou dois alqueires de mata no eixo da atual rua de São Carlos, demarcando o pátio onde se ergueria, no ano seguinte, a futura capela da vila de São Carlos do Pinhal, local onde hoje se encontra a Catedral.

O ano de 1857 é considerado oficialmente como o ano de fundação de São Carlos e seu aniversário é comemorado no dia quatro de novembro, dia de São Carlos de Borromeu e também da entronização da sua imagem na primeira capela da cidade.

A origem do nome inicial da cidade, São Carlos do Pinhal, portanto, tem relação com São Carlos Borromeu, santo padroeiro da família Arruda Botelho, e Pinhal, como referência a um tipo de árvore característica da região, a araucária, cujo fruto deu nome àquela sesmaria.

Em 24 de abril de 1958 São Carlos passou a Freguesia de Araraquara e em 18 de março de 1865 a categoria de vila, elegendo sua primeira câmara legislativa. Enfim, em 1880, pela Lei de 21 de abril, o presidente da Província Laurindo Abelardo de Brito elevou a vila de São Carlos do Pinhal à categoria de cidade.

O Café e o desenvolvimento do núcleo urbano

Em virtude do aumento do consumo no mercado internacional, a produção de café cresceu vertiginosamente na província de São Paulo, transformando-se em pouco tempo no principal produto da economia paulista e brasileira. Essa demanda contínua fez aumentar o poder econômico e político, assim como o prestígio social dos fazendeiros da região.

Em função do café, povoados surgiram, vilas foram fundadas, cidades cresceram atreladas ao sucesso econômico do novo produto de exportação brasileiro; o comércio diversificou-se e fez da cidade o seu reduto, lugar das casas de secos e molhados, das lojas de roupas e armarinhos, dos escritórios. As vilas e cidades tornaram-se também centros políticos e religiosos, suas origens foram em geral os entornos de pequenas capelas, centros de sociabilidade e influência cultural. Assim, também nasceu São Carlos do Pinhal.

Foi justamente nesse período, entre o final do século XIX e início do século XX, que foi aberta a maioria das fazendas são-carlenses. Muitas delas ainda mantêm parte de suas antigas instalações, construídas no auge do período cafeeiro,

resistindo à ação do tempo e formando um importante patrimônio arquitetônico regional, ainda muito pouco conhecido, como grande parte de nossa história.

Figura 4: Tulha da Fazenda São Roberto (2003)

Os recursos, obtido na comercialização do café, financiaram melhoramentos tanto na cidade, como nas fazendas. As velhas sedes tiveram suas condições de conforto melhoradas com a instalação de banheiros, água e esgoto encanados, telefone, iluminação a querosene, a gás e, depois, a eletricidade, mobílias e utensílios luxuosos, importados ou trazidos da Capital, entre outras. Alguns velhos casarões foram substituídos por novos palacetes inspirados em edifícios de São Paulo, Rio de Janeiro ou mesmo da Europa.

Os proprietários rurais, influenciados pelas ideias capitalistas, passaram a se preocupar com a competitividade do produto e os lucros obtidos com a venda do café, objetivando redução de custos e melhoria na sua qualidade. A partir de então investiram na compra de novas máquinas de beneficiamento do café e nas edificações voltadas para a produção, tornando-as mais funcionais.

Nesse sentido, a implantação de um sistema de transporte ferroviário, mais moderno e ágil para escoar o café do interior do Estado para o porto de Santos, era necessária e foi elemento determinante para o desenvolvimento da região.

Em 1865, os trilhos da estrada de ferro chegaram a São Paulo e dois anos mais tarde a Jundiaí. Em 1876, o transporte ferroviário chegou a São João do Rio Claro, atualmente Rio Claro, alimentando as expectativas dos fazendeiros são-carlenses com a iminente chegada dos trilhos na cidade. No entanto, a serra entre aquele município e São Carlos impunha dificuldades geográficas, devido ao desnível de 300 metros, para que a ferrovia chegasse à cidade.

Em 1876, São Carlos, através de sua Câmara Municipal, enviou ao governo Imperial o pedido de ampliação da linha férrea de Rio Claro até São Carlos, mas a permissão foi concedida apenas em 1880, após a mudança da condição de São Carlos, elevada da categoria de vila para a de cidade.

A construção da estrada de ferro e da estação em São Carlos aconteceu graças à combinação do financiamento dos grandes cafeicultores da região e da influência política de Antônio Carlos de Arruda Botelho, futuro Conde do Pinhal e presidente da Câmara da Província de São Paulo.

A estação de São Carlos foi construída sob a orientação do engenheiro Antônio Francisco de Paula Souza (primeiro diretor da Escola Politécnica de São Paulo) e seguiu os padrões ingleses que predominavam nas estações em todo o Brasil.

Figura 5: Estação de São Carlos, antes da reforma de 1908.

Em 15 de outubro de 1884, a estrada de ferro foi inaugurada em São Carlos. A chegada da ferrovia desencadeou o primeiro processo de dinamização da região central, deslocando o eixo político do município do campo para a cidade.

A chegada dos trilhos estimulou a construção dos primeiros edifícios públicos e das residências de grande porte. A nova arquitetura dos casarões, palacetes, edifícios públicos e outros, porém, abandonou as referências colonial e inglesa das estradas de ferro e buscou o Ecletismo e o Neoclássico, sobretudo na arquitetura francesa e italiana. Essa última, com forte predominância em São Carlos, através da influência construtiva dos mestres italianos, que aportam na cidade devido à substituição da força de trabalho escrava pela assalariada. Uma das figuras de destaque nesse campo foi Pietro David Cassinelli, construtor responsável pela sede da Fazenda Santa Maria, dos palacetes Bento Carlos e Conde do Pinhal, onde hoje funciona a Prefeitura Municipal de São Carlos.

Figura 6: Aspectos de São Carlos (1896)

As cidades receberam novos profissionais, como advogados, médicos, engenheiros - geralmente os das ferrovias, que exerciam também suas atividades nas localidades em que se estabeleciam - professores, funcionários públicos, comerciantes, militares, que passaram a avolumar uma classe média urbana até então quase inexistente, dinamizando ainda mais a vida das cidades.

Durante esse período, a população da região aumentou consideravelmente, sobretudo em virtude da alta demanda de mão de obra, que exigia a lavoura cafeeira, consequentemente, surgiram outros núcleos urbanos, como Descalvado, Brotas, Analândia, Itirapina, Ibaté, Matão, Rincão, entre outros.

Com a extinção da escravidão em 1888, o processo imigratório intensificou-se culminando na formação de um mercado de trabalho livre no país. O interior paulista vivenciou intensamente esse processo. À região de São Carlos chegaram alemães, espanhóis, mais portugueses, muitos italianos, turcos, sírio-libaneses, árabes, depois japoneses e outros que continuaram chegando atraídos pela riqueza produzida pelo café.

Esses imigrantes, vindos, em sua maioria, como força de trabalho para as fazendas, trouxeram também suas culturas, que se mesclaram às existentes e entre si, constituindo um intenso processo de aculturação que perdura até nossos dias.

Alguns aspectos específicos

Quanto ao aspecto social, as maiores mudanças deste período de formação de São Carlos se deram no modo de administração das fazendas. O fazendeiro, antes uma pessoa que vivia quase que exclusivamente no meio rural, transformou-se em um morador da cidade - ou, pelo menos, passou a frequentá-la com mais assiduidade - e com palacete na capital paulista, de onde passou a gerir negócios paralelos, investindo em comércio, imóveis, bancos e indústrias.

Muitos cafeicultores receberam títulos de nobreza, que eram distribuídos pelo Imperado, numa negociação que envolvia interesses de ambos os lados: aos fazendeiros, além de um ar de nobreza, confirmava e aumentava o prestígio político na sua região de origem; ao Imperador, resultava em uma provável fidelidade e garantia de apoio à manutenção da Monarquia.

Em relação aos trabalhadores rurais, inicialmente escravos, pouco usufruíram desta nova realidade econômica e social, como que excluídos dos benefícios obtidos com o seu trabalho. Os escravos, até o último instante antes da Abolição, padeceram com as humilhações e a aspereza do cativeiro. E, mesmo depois de libertos, continuaram a sofrer com o preconceito e o estigma cravado durante séculos de coerção. Junte-se a isso os poucos trabalhos desenvolvidos sobre a trajetória dessa grande parcela da população, principalmente após o período abolicionista.

Figura 7: Trabalhadores imigrantes nas plantações de café (São Carlos)

Os trabalhadores livres podem ser divididos em dois grupos, os nacionais e os imigrantes. Para os trabalhadores nacionais o trabalho não sofreu grandes alterações, sendo o campo e a pequena propriedade ainda seu principal palco de atuação desde os tempos dos posseiros. Quando trabalhavam nas grandes fazendas era sob contrato e num sistema de trabalho sazonal.

Já os imigrantes, apesar de assalariados, muitas vezes eram tratados como escravos; suas casas, cedidas pelos fazendeiros, geralmente eram tão insalubres quanto às antigas senzalas. Mas, a despeito de todas as dificuldades, muitos conseguiram realizar o sonho de *fazer a América*. Vindos principalmente da Europa, onde as ideias socialistas e anarquistas já fincavam raízes entre o proletariado e o campesinato, de certa maneira, eles conseguiram se organizar e fazer valer os seus direitos, através de greves e outros artifícios, visando uma melhoria de suas condições de vida. Muitos, dentre eles, alcançaram o ápice do sonho de sucesso no Novo Mundo e tornaram-se grandes proprietários de terras ou bem-sucedidos empresários.

População de alguns municípios da Baixa Paulista, 1836-1886

	1836	**1854**	**1874**	**1886**
Rio Claro	-	6564	15035	20133
Araraquara	2764	4965	9767	9559
Descalvado	-	2430	5709	8257
Pirassununga	-	-	7169	15913
Limeira	-	5045	14283	15879
São Carlos	-	-	6897	16104

Fonte dos dados: TRUZZI, Oswaldo (2000). *Op. Cit*., p. 58.

Bibliografia

A Casa do Pinhal. Ed. Margarida Cintra Gordinho. São Paulo: Knapp, 1985

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **História da Vida Privada**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. v.2.

"Almanach de São Carlos (1893)" (Cincinato Braga - organizador)

"Almanach Annuario de São Carlos (1928)" (José Ferraz Camargo – editor)

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. **Onda Negra, Medo Branco: o negro no imaginário das elites do século XIX**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987

BENINCASA, Vladimir. **Velhas Fazendas: arquitetura e cotidiano nos campos de Araraquara (1830-1930)**. São Carlos: Edufscar; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2003

BRAGA, Antônio Carlos Vilela(org). **A Navegação dos Rios Mogy-guassú e Pardo:Transporte fluvial – 1883-1903**. São Carlos: Asser, 1999 (Série Documentos nº3)

CECHINATO, Mons. Luiz (org). "Os 140 anos da Paróquia São Carlos Borromeu". São Carlos, s.d.

ELLIS JR, Alfredo. **Tenente-Coronel Francisco da Cunha Bueno**. São Paulo, 1960 (edição do autor)

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: EdUSP, 2000

Fazendas: Solares da Região Cafeeira do Brasil Imperial. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1995

HOLLOWAY, Thomas H. **Imigrantes para o Café**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984

MOURA, Clóvis. **Rebeliões da Senzala**. Rio de Janeiro: Conquista, 1972

NEVES, Ary Pinto das. **São Carlos na Esteira do Tempo**. São Carlos, 1984

"Pesquisa de Resgate Histórico, Cultural e Arquitetônico: Distrito de Santa Eudóxia, Município de São Carlos/SP". São Paulo: UODS/SEBRAE, 2004

PINTO, Adolpho Augusto. **História da Viação Pública em São Paulo**. São Paulo: Governo do Estado, 1977

Secretaria de Estado da Cultura e Memorial do Imigrante. "Série Resumos", nº 1 ao 7.

TRUZZI, Oswaldo. **Café e Indústria**. São Carlos: Arquivo de História Contemporânea/ UFSCar, 1986

TRUZZI, Oswaldo (org.). **Fontes Estatístico-normativas das Propriedades Rurais em São Carlos**. São Carlos: EdUSFCar, 2004